



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 - SRP**  
**Processo Administrativo nº. 0605.01/2026**

O **Município de Turilândia/MA**, por intermédio de seu Secretário de Administração e Finanças, infra constituído e designada pela **Portaria nº 30/2026**, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, conforme consta no **Processo Administrativo nº 0605.01/2026**, no presente Edital e seus anexos.

A Licitação reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e demais normas pertinentes à espécie e da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, subsidiariamente, no que couber, sendo em tudo regida pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus respectivos anexos.

DADOS DO CERTAME	
<b>Órgão Solicitante:</b> Secretaria Municipal de Administração e Finanças e outros.	
<b>Objeto:</b> Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de Turilândia/MA.	
<b>Esclarecimentos/Impugnações:</b> Até 16/06/2026 às 23h59min horas para o site <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>	
<b>Início da Sessão Eletrônica:</b> Dia 19 de junho de 2026 às 09:00h.	
<b>Sistema Eletrônico Utilizado:</b> <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>	
<b>Endereço para retirada do Edital:</b> <a href="https://turilandia.ma.gov.br/">https://turilandia.ma.gov.br/</a> e <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>	
<b>VALOR ESTIMADO, MÁXIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Valor: R\$ 3.769.575,16 (três milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos). <input checked="" type="checkbox"/> Estimado <input type="checkbox"/> Máximo <input type="checkbox"/> Referência <input type="checkbox"/> Orçamento Sigiloso.
<b>NATUREZA DO OBJETO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> AQUISIÇÃO <input type="checkbox"/> SERVIÇO <input type="checkbox"/> OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

<b>PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 <input checked="" type="checkbox"/> Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06 <input checked="" type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação.
<b>Prazo para envio da Proposta Adequada/Documentação: 02 (duas) HORAS</b>	
<b>INFORMAÇÕES</b>	
<b>Pregoeiro(a):</b> Carlos Pereira	<b>E-mail:</b> <a href="mailto:licitacaoturilandia@gmail.com">licitacaoturilandia@gmail.com</a>
<b>Endereço:</b> Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000	
<b>OBS:</b> Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo disposições em contrário.	

<b>DEFINIÇÕES DA PARTE ESPECÍFICA</b>		
As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.		
<b>Referências da Parte Geral</b>	<b>Item</b>	<b>Definições da Parte Específica</b>
<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>7.10.</b>	<input type="checkbox"/> ABERTO <input checked="" type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO <input type="checkbox"/> FECHADO E ABERTO
<b>FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA</b>	<b>2.</b>	<input type="checkbox"/> POR GRUPO <input checked="" type="checkbox"/> POR ITEM <input type="checkbox"/> POR GRUPO, e POR ITEM. <input type="checkbox"/> GLOBAL
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>3.</b>	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO: Intervalo de <b>R\$ 0,10.</b> <input type="checkbox"/> MAIOR DESCONTO: Intervalo de % ____.
<b>INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>4.1.</b>	<input checked="" type="checkbox"/> REGISTRO DE PREÇOS. Na licitação para Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do disposto na Lei nº. 14.133/2021, art. 82. <input type="checkbox"/> INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Unidade Orçamentária: Projeto/Atividade: Natureza da Despesa:
<b>CONSÓRCIO</b>	<b>SEÇÃO III</b>	<input type="checkbox"/> Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes na <b>SEÇÃO III da Parte Geral</b> deste Edital.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

		<input checked="" type="checkbox"/> Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.
<b>VALIDADE DA PROPOSTA</b>		A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura da sessão pública. a) Proposta de preços deverá constar discriminação detalhada de todos os itens do objeto, marca/modelo (quando couber), o tipo, e a quantidade solicitada.
<b>DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA PROPOSTA</b>		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do item __ do Termo de Referência
<b>CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO (admita a atualização para esta data através de índices oficiais)</b>	<b>17.</b>	<input type="checkbox"/> Comprovante, na forma da lei, de registro ou arquivamento na Junta Comercial ou no Cartório competente, conforme o caso, de: <input checked="" type="checkbox"/> <b>patrimônio líquido mínimo</b> equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente; <input checked="" type="checkbox"/> <b>capital social mínimo</b> equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente; <input type="checkbox"/> <b>patrimônio líquido mínimo</b> equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item/lote pertinente. <input checked="" type="checkbox"/> <b>capital social mínimo</b> equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente. <input type="checkbox"/> Não haverá exigência quanto à comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

<b>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA</b>		<input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> SIM, na forma do <b>item 15.6 do Termo de Referência</b>
<b>DEMAIS DOCUMENTOS QUALIFICAÇÃO TÉCNICA</b>		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do <b>item 15.6 do Termo de Referência</b>
<b>LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS:</b>	<b>SEÇÃO XV</b>	<input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> SIM
<b>POSSIBILIDADE DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:</b>	<b>SEÇÃO XV</b>	<input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> SIM
<b>APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:</b>	<b>SEÇÃO XII</b>	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM – Prazo para entrega da amostra na forma do item ____ do Termo de Referência.
<b>VISITA TÉCNICA:</b>	<b>SEÇÃO XIII</b>	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, <b>FACULTATIVA</b> , na forma do item ____ do Termo de Referência
<b>PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO</b>		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do item 3 da Minuta do Contrato
<b>GARANTIA DE PROPOSTA</b>		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do item ____ <b>do Termo de Referência</b> A apresentação da garantia da proposta no valor correspondente a 1 % (um por cento) do valor do estimado da contratação será enviada concomitantemente ao cadastramento da proposta inicial no sistema, nos termos do art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021. A <b>GARANTIA SERÁ EXECUTADA</b> caso o licitante participe da licitação e “desista” de assinar o contrato, diretamente, através da recusa, ou indiretamente, através da não apresentação dos documentos necessários durante o certame.
<b>ANEXOS</b>	<b>47.8.</b>	Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, além dos Anexos mencionados na <b>Parte Geral</b> deste edital, os seguintes documentos: Anexo I - Termo de Referência; Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

		Anexo III - Minuta do Contrato.
		<b>OBSERVAÇÕES:</b>



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026**  
**Processo Administrativo nº. 0605.01/2026**

### **PARTE GERAL**

#### **SEÇÃO I - DO OBJETO**

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição/serviços do objeto descrito no campo **DADOS DO CERTAME** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

1.1. Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no “LICITANET” e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2. A **Parte Específica** determinará a forma de apresentação das propostas, que poderá ser da seguinte forma:

2.1. **MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE** (grupo de itens): Para esta forma de apresentação das propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.2. **MENOR PREÇO POR ITEM**: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3. **MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE e POR ITEM**: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotos e itens forem de seu interesse. Em se tratando de GRUPO/LOTE, o licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.4. **MENOR PREÇO GLOBAL**.

3. A **Parte Específica determinará o** critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração, que poderão ser menor preço ou maior desconto.

3.1. A Parte Específica também determinará o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

#### **SEÇÃO II - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1. No campo **DADOS DO CERTAME** deste Edital consta os dados orçamentários referentes a



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

contratação.

### **SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no portal de compras da prefeitura, qual seja, [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

5.4. Não poderão disputar esta licitação:

5.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

5.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.4.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O impedimento de que trata o item 5.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.4.2 e 5.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.8. O disposto nos itens 5.4.2 e 5.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.10. A vedação de que trata o item 5.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**NOTA:** Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;
2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;
3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;
4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.
5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:
  - a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;
  - b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no subitem 4.
6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;
7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;
8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira observada o disposto no item 1;
9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida à constituição e o registro do consórcio.

#### **SEÇÃO IV - DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.
- 6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**SEÇÃO V - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será indicada no portal de compras.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.17. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.18. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.19. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

7.20. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.21. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.22. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.23. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“FECHADO E ABERTO”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.24. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 7.21, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.26. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.27. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.28. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.29. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.30. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

- 7.31. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.32. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.33. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.34. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.35. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.36. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação, do porte da entidade empresarial.
- 7.37. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.38. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.39. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.40. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.41. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.42. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

7.42.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.42.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.42.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.42.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.43. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.43.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.43.2. empresas brasileiras;

7.43.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.44. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.44.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.44.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.44.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.45. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

7.46. A não apresentação de documentação complementar e/ou proposta adequada dentro do prazo estabelecido ensejará na desclassificação da proposta.

7.47. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **SEÇÃO VIII - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

8. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 05% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

8.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

8.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

## **SEÇÃO IX - DA NEGOCIAÇÃO**

9. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento, o valor estimado para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Edital.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

9.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

## **SEÇÃO X – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na IN SEGES nº 73/2022, podendo ser solicitado ao licitante a apresentação de Planilha de Custos e Formação de Preços para análise quanto a exequibilidade da proposta.

10.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.2.1. conter vícios insanáveis;

10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.3. No caso de bens e serviços em geral, considerar-se-á a inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração. No caso de obras e serviços de engenharia, considerar-se-á a inexequibilidade das propostas valores inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração.

10.3.1. Poderá ser aberto prazo para apresentação de planilha de custo e formação de preços, sob pena de desclassificação, à empresa que descumprir o item 10.3 do Edital, momento em que deverá demonstrar que o custo da empresa não ultrapassada o da proposta e que existem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.4. **Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, mesmo que os valores não estejam inferiores a 50% (cinquenta por cento), ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**

10.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, o licitante classificado em



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha, no prazo de duas horas, por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

10.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.13. A sessão poderá ser suspensa para análise da proposta de preços e/ou da documentação de habilitação, momento em que deverá ser indicado a data e horário de retomada da sessão;

10.13.1. A remarcação da sessão, quando não divulgado no ato que a suspendeu, deverá respeitar o prazo mínimo de 24 horas entre a comunicação via sistema e a abertura da sessão;

## **SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

11. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.2.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.2.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo designado no campo “**DADOS DO CERTAME**”, sob pena de inabilitação.

12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

12.1. Os originais ou cópias autenticadas, **caso sejam solicitados**, deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Lindolfo Flório, s/nº, Vista Alegre, Turilândia – MA.

13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**15. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

h) No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**16. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, do domicílio ou sede do licitante, mediante a **Certidão Conjunta Negativa de Débitos** expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa do Estado e Certidão Negativa quanto a Tributos Estaduais.

e) Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa de Dívida Ativa relativa aos Tributos (ISS e TLVF;

f) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**;

g.1) As microempresas ou empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

g.2) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

g.3) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei;

**17. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

b.1) Publicados em **Diário Oficial** ou;

b.2) Publicados em **jornal** de grande circulação ou;

b.3) Registrados na **Junta Comercial** da sede ou domicílio do licitante ou;

b.4) Por cópia do **Livro Diário**, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma do artigo 6º, da IN nº 11 de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - BREI, acompanhada obrigatoriamente dos **Termos de Abertura e de Encerramento**;

c) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a empresa deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado;

d) A pessoa jurídica optante do **Sistema de Lucro Real ou Presumido** deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTABIL, nos termos da INRFB 1.420/2013;

e) A pessoa jurídica optante pelo **Simples Nacional** deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do termo de opção ao simples nacional;

f) **Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da Documentação e Proposta.

• *Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.*

**18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

18.1. As exigências de qualificação técnica dos licitantes serão aquelas discriminadas na **Parte Específica** deste Edital.

18.2. Documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, para atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso, de acordo com a natureza do objeto.

19. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

19.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

20. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

21. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

22. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

23. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

24. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

25. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

25.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

26. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **SEÇÃO XII - DA AMOSTRA**

27. A exigência de amostra será aquela discriminada na **Parte Específica** deste Edital.

## **SEÇÃO XIII - DA VISITA TÉCNICA**

28. A exigência de visita técnica será discriminada na **Parte Específica** deste Edital.

28.1. O atestado de vistoria, caso exigido, poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

## **SEÇÃO XIV - DO RECURSO**

29. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

30. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

31. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

32. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

33. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

34. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

35. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

36. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
37. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
38. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
39. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
40. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
41. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
42. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Prefeitura.

#### **SEÇÃO XV - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

43. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 43.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 43.1.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 43.1.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 43.2. A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no Portal da Transparência.
- 43.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

43.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

43.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

43.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

43.7. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.

#### **SEÇÃO XVI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

44.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

44.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

44.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

44.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

44.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

44.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

44.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

44.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

44.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

44.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

44.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

44.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **SEÇÃO XVII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

45. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

45.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

45.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

45.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

45.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

45.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

45.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

45.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

45.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

45.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

45.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

45.1.5. Fraudar a licitação.

45.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

45.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

45.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

45.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

45.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

45.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

45.2.1. advertência;

45.2.2. multa;

45.2.3. impedimento de licitar e contratar e

45.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

45.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

45.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

45.3.2. as peculiaridades do caso concreto

45.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

45.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

45.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

45.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

45.4.1. Para as infrações previstas nos itens 45.1.1; 45.1.2 a 45.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

45.4.2. Para as infrações previstas nos itens 45.1.4, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

45.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

45.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

45.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 45.1.1, 45.1.2 e 45.1.3, quando não se justificar a



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

45.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 45.1.4 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 45.1.1 a 45.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

45.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 45.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

45.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

45.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

45.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

45.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

45.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**SEÇÃO XVIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

46. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

46.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

46.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios dispostos na **Parte Específica**.

46.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

46.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

46.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **SEÇÃO XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

47. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

47.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

47.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

47.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

47.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

47.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

47.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

47.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

47.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

<b>ANEXO I</b>	Termo de Referência
<b>ANEXO II</b>	Minuta da Ata de Registro de Preços
<b>ANEXO III</b>	Minuta do Contrato

Turilândia/MA, 29 de maio de 2026.

**ZAIONE PARMA DE ALBUQUERQUE**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 30/2026**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 - SRP**  
**Processo Administrativo nº. 0605.01/2026**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de Turilândia/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Os produtos objeto desta contratação são considerados comuns, por meio de especificações usuais de mercado e definidos pelo edital, visando a manutenção da atividade administrativa da Prefeitura Municipal, conforme definido no inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021.

#### **2. DAS ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DO PREÇO**

2.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO, conforme dispostos na **PLANILHA ANEXO I DO TR**.

2.2. O custo máximo aceitável para a presente contratação é de **R\$ 3.769.575,16 (três milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos)**, conforme os preços unitários, constantes da planilha em anexo.

2.3. O detalhamento do objeto, ainda não se encontra padronizado no Catálogo Nacional de Padronização, disponível em: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>.

2.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura, devendo ser observada a disponibilidade de créditos orçamentários, conforme determina o Art. 105, caput, da Lei 14.133/2021.

2.4.1. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

#### **4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.**

4.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade essencial e ininterrupta das diversas Secretarias Municipais de Turilândia/MA em obter materiais de expediente, insumos indispensáveis para resguardar a continuidade, a eficiência e a regularidade dos serviços administrativos. O fornecimento de itens corriqueiros de escritório — tais como papéis, pastas, blocos de notas, canetas e correlatos — constitui a infraestrutura básica necessária para o funcionamento diário das





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

repartições públicas, viabilizando desde a formalização de atos oficiais até o atendimento direto e a prestação de serviços à população turilandense.

4.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) demonstra-se a solução modelar e jurídica mais adequada para o preenchimento dessa demanda. Por se tratar de bens de consumo frequente, cujos quantitativos exatos e cronograma de consumo não podem ser previstos com precisão absoluta pelas pastas ao longo do exercício financeiro, o Registro de Preços garante a flexibilidade necessária à gestão pública. Sob essa modelagem, a Administração fica autorizada a promover contratações futuras e eventuais de forma fracionada, adquirindo os materiais estritamente conforme a conveniência e a necessidade real de cada secretaria.

4.3. Ademais, a estruturação por meio de Registro de Preços blinda o erário contra despesas imprevistas, ao mesmo tempo em que evita o armazenamento excessivo e o consequente perecimento ou obsolescência de estoques desnecessários nas dependências municipais. O procedimento assegura, simultaneamente, uma expressiva economia de escala obtida através da unificação do certame para toda a municipalidade. Desse modo, a medida atende com rigor aos princípios da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, conferindo celeridade e profissionalismo ao suporte técnico-administrativo do Poder Executivo Municipal.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. Sustentabilidade**

6.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e de outros que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, durante o fornecimento do bem deve ser atendido os seguintes requisitos:

6.1.2. Preferenciar produtos e materiais:

6.1.2.1. Que projetam uma maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;

6.1.2.2. Que se utilizem de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

6.1.2.3. Que sejam construídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável;

6.1.2.4. Que substituam, sempre que possível e sem dar causa a outros danos, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

6.1.2.5. Que sejam acondicionados para entrega em embalagens adequadas, com menor volume possível;

6.1.2.6. Que sejam recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

### **6.2. Da avaliação da proposta**

6.2.1. Para realização do julgamento das propostas deverá ser observado inicialmente o cumprimento de todos os requisitos exigidos neste Termo de Referência e no Edital de Licitação.

6.2.2. Indicação de marcas ou modelos:

6.2.3. Da exigência de amostra: não haverá exigência de amostras para este processo de aquisição.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

## **7. MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **7.1. Condições de Entrega**

7.1.1. O prazo de entrega é de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento expedida pela Secretaria solicitante.

7.1.2. O prazo de entrega poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que demonstrado o interesse público e à critério da Administração.

7.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.1.4. A entrega dos materiais deverá ser efetuada no almoxarifado central do município, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 8h às 12h e 14h às 18h, ou em local diverso determinado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, localizado no Município de Turilândia/MA.

7.1.5. Quando da entrega dos materiais, estes deverão estar no prazo de validade informado pelo fabricante.

7.1.6. Os materiais serão solicitados de forma parcelada, de acordo com o cronograma de entregas a ser estabelecido pela Secretaria, nos termos da Ordem de Fornecimento encaminhada diretamente à CONTRATADA, via e-mail, e no prazo fixado.

7.1.7. Os materiais adquiridos deverão ser entregues em embalagens habituais de venda, adequadas à sua conservação, sem nenhum tipo de violação ou danificação, isento de materiais terrosos, com todos os itens necessários à sua utilização e onde conste a identificação do conteúdo, a quantidade, validade do fabricante, sem prejuízo dos demais elementos determinados pela legislação.

7.1.8. Não serão aceitos materiais que não atenderem as especificações deste Termo de Referência e Proposta.

7.1.9. Em caso de recusa dos produtos pela Secretaria Solicitante, a CONTRATADA deverá efetivar a substituição do mesmo no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da comunicação da recusa.

7.1.10. A CONTRATADA deverá executar fielmente as entregas de acordo com as Ordens de Fornecimento expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da fiscalização.

7.1.11. Não serão aceitos materiais que apresentem avarias de qualquer natureza, vícios de qualidade ou quantidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado.

7.1.12. É de inteira responsabilidade do fornecedor no momento da entrega, o descarregamento dos produtos no local determinado pela Administração.

7.1.13. A simples entrega dos produtos, não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pela Secretaria Solicitante.

7.1.14. Por ocasião do fornecimento, os produtos deverão ser entregues de acordo como solicitado pela Secretaria solicitante, e atender às exigências no que diz respeito à prazos de entrega e de controle de qualidade, atentando-se, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e nos seus demais dispositivos.

### **7.2. Recebimento**

7.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.2.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

7.2.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução/fornecimento do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução/fornecimento do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.7. O prazo para a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências na execução/fornecimento do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução/fornecimento do contrato.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **8.1. DO CONTRATO**

8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.1.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.1.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

8.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.1.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

8.1.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

## **8.2. DA FISCALIZAÇÃO**

8.2.1. A execução/fornecimento do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

## **9. GESTOR DO CONTRATO**

9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Executar o objeto conforme especificações do Termo de Referência, da sua proposta e deste Contrato;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- e) A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- f) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- g) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do serviço.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

- h) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- i) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- j) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- k) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- l) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação nesta contratação direta.
- m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.
- n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; e
- o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 11.3. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;
- 11.4. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 11.5. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;
- 11.6. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços descritos por intermédio do Gestor do Contrato e da Comissão de Fiscalização;
- 11.7. Receber o (s) Produto (s) em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Proposta de Preços da Contratada;
- 11.8. Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega dos produtos;
- 11.9. Notificar a CONTRATADA, para a substituição de equipamentos reprovados no recebimento provisório, conforme Termo de Recusa;
- 11.10. Notificar a CONTRATADA, para a substituição de equipamentos que apresentarem vícios redibitórios após a assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo, conforme Termo de Recusa;
- 11.11. Emitir as Notas de Empenho e respectivas Ordens de Fornecimento quando da contratação;
- 11.12. Efetuar os pagamentos de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

11.13. Comunicar toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços ou o fornecimento.

11.14. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada;

11.15. Propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela contratada;

11.16. Fiscalizar para que, durante a validade do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a pregão eletrônico ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificara imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
- IV) Multa:
  - (1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**13. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

13.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

13.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

13.6. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

13.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

13.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

13.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.12. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

13.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

13.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

##### **14.1. Da Modalidade, do Tipo e do Critério De Julgamento.**

14.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade de licitação Pregão Eletrônico, do **Tipo Menor Preço Por Item**, em conformidade ao Art. 40 da Lei Federal 14.133/2021.

#### **15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

##### **15.1. Habilitação jurídica:**

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Micro empreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e RG dos sócios.

**15.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**15.4. Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação, ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme entendimento da Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
  - c.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- d) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

- e) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
- g) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.
- h) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- i) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- j) Não será admitida a participação de cooperativas.

#### **15.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

15.5.1 Comprovação de aptidão técnica, através de Atestados ou Certidões emitidos por pessoa jurídica do direito público ou privado, com nome e assinatura legível do signatário, que comprove experiência no fornecimento de produtos com características semelhantes ou equivalentes ao objeto licitado, podendo ser apresentado em original ou em cópia autenticada.

15.5.2. O(s) Atestado(s) deverão ser impressos em papel timbrado constando o CNPJ e endereço completo, devendo ser assinada por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

#### **16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o ano de 2026.

#### **17. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

17.1. O Certame deverá ser regido pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e suas alterações.

#### **18. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

18.1. A Beneficiária obrigará-se a cumprir todas as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, assumindo o compromisso de atender as aquisições solicitadas pelo Município de Turilândia do Norte/MA, ficando ainda sujeita às penalidades cabíveis pelo descumprimento de qualquer de suas Cláusulas;

18.2. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição dos materiais pretendidos, hipótese em que ficará assegurado à Beneficiária a preferência na contratação, desde que a sua Proposta atenda às mesmas condições da licitante vencedora;

18.3. As contratações com a Beneficiária serão formalizadas por meio de Contrato Administrativo ou instrumento equivalente.

#### **19. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

19.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência durante um período de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura;

19.2. Após cumpridos os requisitos de publicidade, Ata de Registro de Preço, será considerado documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação nas condições estabelecidas.

**20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

20.2. As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato e do edital da licitação, visando à prestação dos serviços, independentemente de estarem nele transcritas.

Turilândia/MA, 21 de maio de 2026.

---

**SILVANO JOSÉ MORAES RIBEIRO**

**Comissão de Planejamento**

**Portaria nº. 78/2026**

Responsável pela elaboração do Termo de Referência



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**Anexo I do Termo de Referência**  
**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	ALFINETE PARA MAPA N.1 com cabeça colorida. Caixa com 50 unidades.	cx	180	R\$ 18,17	R\$ 3.270,60
2.	ALMOFADA P/ CARIMBO em tecido de longa duração, com entitamento permanente na cor azul ou preto, com base medindo 9 X 12 cm.	u	331	R\$ 8,50	R\$ 2.813,50
3.	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO com estojo, design arrojado, estojo em plástico, tampa com suporte para 2 pincéis.	u	250	R\$ 10,00	R\$ 2.500,00
4.	APONTADOR DE LÁPIS com 01 furo, com depósito, caixa com 24 unidades.	cx	200	R\$ 45,00	R\$ 9.000,00
5.	ARQUIVO MORTO POLIONDA 350X130X245MM. especificação: composição polipropileno corrugado, tamanho: ofício, fechamento: travas laterais cores variadas	u	3410	R\$ 15,33	R\$ 52.275,30
6.	BALÃO LISO Nº 07, MATERIAL LÁTEX, PACOTE COM 50 UNIDADES. CORES VARIADAS.	pct	140	R\$ 9,00	R\$ 1.260,00
7.	BALÃO LISO Nº 09, MATERIAL LÁTEX, PACOTE COM 50 UNIDADES. CORES VARIADAS	pct	640	R\$ 12,00	R\$ 7.680,00
8.	BANDEJA PORTA DOCUMENTOS ACRILICA TRIPLA RETANGULAR COR FUME 390 MM X 265 MM DE LARGURA	u	300	R\$ 84,90	R\$ 25.470,00
9.	BASTÃO DE COLA QUENTE SILICONE 11mm x30cm/1kg.	kg	380	R\$ 76,00	R\$ 28.880,00
10.	BASTÃO DE COLA QUENTE SILICONE 30cmx7mm/1kg.	kg	380	R\$ 65,90	R\$ 25.042,00
11.	BATERIA ALCALINA 9 V bateria alcalina 9 v, não recarregável	u	50	R\$ 17,70	R\$ 885,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro –Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

12.	BLOCO PARA ANOTAÇÃO BRANCO MEDINDO 15 X 21 CM, COM 100 FOLHAS.	u	600	R\$ 15,00	R\$ 9.000,00
13.	BLOCO RECADO ADESIVO, COM DIMENSOES DE 38 x 51 MM, BLOCO COM 100 FOLHAS PCT 4 UND	pct	280	R\$ 25,39	R\$ 7.109,20
14.	BLOCO RECADO ADESIVO, COM DIMENSOES DE 76 x 102 MM, BLOCO COM 100 FOLHAS	u	650	R\$ 16,38	R\$ 10.647,00
15.	BORRACHA BICOLOR 10X7.5X4CM cx. com 40 unidades	cx	100	R\$ 61,47	R\$ 6.147,00
16.	BORRACHA BRANCA FABRICADA EM MATERIAL SINTETICOMACIO, LIVRE DE PVC TOXICO, INDICADA PARA APAGAR GRAFITE SEM DANIFICAR O PAPEL, COM BOA DURABILIDADE E EFICIENCIA	cx	140	R\$ 30,00	R\$ 4.200,00
17.	BORRACHA PONTEIRA BRANCA, CAIXA COM 50 UNIDADES.	pct	100	R\$ 40,00	R\$ 4.000,00
18.	CADERNO BROCHURA CAPA DURA 96 FOLHAS. Nas cores: azul, verde, vermelho e amarelo. Pacote com 10 unidades.	pct	700	R\$ 90,00	R\$ 63.000,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

19.	CADERNO BROCHURA GRANDE CAPA DURA - 96 FOLHAS Especificações: Caderno brochurão, capa dura, costurado, formato 200 mm x 275 mm, contendo 96 folhas. Miolo em papel off set branco com gramatura de aproximadamente 56 g/m <sup>2</sup> , com pautas em azul ou preto. Capa e contracapa em papelão com no Caderno 96 folhas brochurão capa dura mínimo 680 g/m <sup>2</sup> , revestimento em papel couchê brilho com gramatura de 115 g/m <sup>2</sup> e guarda em papel reciclado branco com gramatura de 120 g/m <sup>2</sup> . Personalização: conforme layout disponibilizado pela Secretaria de Educação. Apresentar em conjunto com as amostras certificado FSC ou Cerflor do fabricante e comprovação de atendimento a norma ABNT NBR 15733:2012 - Tecnologia gráfica - Cadernos escolares costurados, com capa dura	u	2000	R\$ 15,00	R\$ 30.000,00
20.	CADERNO DE REGISTRO: Caderno brochura ou capa dura, pautado, indicado para registro de atividades, controle de atendimentos e anotações administrativas.	u	90	R\$ 50,00	R\$ 4.500,00
21.	CADERNO UNIVERSITÁRIO CAPA DURA 10 matérias - 200 folhas.	u	350	R\$ 24,50	R\$ 8.575,00
22.	CAIXA ORGANIZADORA 60 LITROS – caixa organizadora confeccionada em plástico resistente (polipropileno), com capacidade aproximada de 60 litros, tampa com encaixe firme, laterais reforçadas, indicada para armazenamento e organização de materiais diversos, transparente ou colorida, fácil higienização, produto de boa durabilidade e resistência	cx	30	R\$ 87,44	R\$ 2.623,20



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

23.	CAIXA ORGANIZADORA 95 LITROS – caixa organizadora confeccionada em plástico resistente (prolpropileno), com capacidade aproximada de 95 litros, tampa com encaixe firme, laterais reforçadas, indicada para armazenamento e organização de materiais diversos, transparente ou colorida, fácil higienização, produto de boa durabilidade e resistência	cx	30	R\$ 121,00	R\$ 3.630,00
24.	CALCULADORA DE MESA GRANDE: 12 dígitos; raiz quadrada; inversor de sinais; correção total e parcial	u	60	R\$ 40,00	R\$ 2.400,00
25.	CALCULADORA ELETRÔNICA DE MESA, com no mínimo 12 dígitos, visor amplo e inclinado para melhor visualização, teclas grandes e macias, funções básicas de cálculo (adição, subtração, multiplicação, divisão), porcentagem, raiz quadrada e memória. Alimentação solar e bateria, material resistente.	cx	50	R\$ 51,23	R\$ 2.561,50
26.	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, material plástico transparente, corpo sextavado, ponta com esfera de tungstênio, tipo escrita grossa, caixa com 50 unidades.	cx	430	R\$ 75,00	R\$ 32.250,00
27.	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA, material plástico transparente, corpo sextavado, ponta com esfera de tungstênio, tipo escrita grossa, cores azul e preta, caixa com 50 unidades.	cx	280	R\$ 75,00	R\$ 21.000,00
28.	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA, material plástico transparente, corpo sextavado, ponta com esfera de tungstênio, tipo escrita grossa, cores azul e preta, caixa com 50 unidades	cx	120	R\$ 75,00	R\$ 9.000,00
29.	CANETA MARCA TEXTO, CORES VARIADAS. especificação: aplicação sublinhar e destacar texto caixa 12 unidades	cx	480	R\$ 42,40	R\$ 20.352,00





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

30.	CANETA PERMANENTE: MARCADOR PERMANENTE com tinta resistente a água, indicado para escrita em plástico, vidro, metal, papelão e outras superfícies, cor preta, ponta extra fina	cx	110	R\$ 70,00	R\$ 7.700,00
31.	CANETAS HIDROGRÁFICAS, material plástico, material ponta feltro, espessura escrita fina, cor carga variada, caixa com 12 unidades.	cx	100	R\$ 20,02	R\$ 2.002,00
32.	CARTOLINA 150 G, FOLHA MEDINDO 50 X 66, nas cores: amarela, verde, azul, rosa e branca, pacote com 100 unidades (comum).	pct	500	R\$ 140,00	R\$ 70.000,00
33.	CLIPS Nº 1/0 - material metal, niquelado, caixa com 100 unidades.	cx	620	R\$ 7,23	R\$ 4.482,60
34.	CLIPS Nº 2/0 - material metal, niquelado, caixa com 100 unidades.	cx	1140	R\$ 7,35	R\$ 8.379,00
35.	CLIPS Nº 3/0 - material metal, niquelado, caixa com 50 unidades.	cx	720	R\$ 7,48	R\$ 5.385,60
36.	CLIPS Nº 4/0 - material metal, niquelado, caixa com 50 unidades.	cx	920	R\$ 7,71	R\$ 7.093,20
37.	CLIPS Nº 6/0 - material metal, niquelado, caixa com 50 unidades.	cx	920	R\$ 7,80	R\$ 7.176,00
38.	CLIPS Nº 8/0 - material metal, niquelado, caixa com 25 unidades.	cx	400	R\$ 8,02	R\$ 3.208,00
39.	COLA BASTÃO, 20 G, caixa com 12 unidades.	cx	360	R\$ 68,00	R\$ 24.480,00
40.	COLA BRANCA EM BASE PVA lavável, embalagem com 40g, com bico dosador.	u	400	R\$ 3,99	R\$ 1.596,00
41.	COLA BRANCA LÍQUIDA ATÓXICA, solúvel em água e com secagem rápida, tubo com 90 g. Embalagem em caixa com 12 unidades.	cx	408	R\$ 6,00	R\$ 2.448,00
42.	COLA BRANCA, DE USO ESCOLAR, lavável, atóxica. Composição: acetato de polivinila. Frasco de 1kg	u	200	R\$ 39,99	R\$ 7.998,00
43.	COLA E.V.A 90 ML. Caixa com 06 cores.	cx	96	R\$ 72,99	R\$ 7.007,04



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

44.	COLA ISOPOR 1L: cola p/ isopor. Composição: polivinil acetato - pva, cor incolor, aplicação isopor. Características adicionais: lavável, não tóxica.	u	300	R\$ 53,48	R\$ 16.044,00
45.	COLA PARA ISOPOR, ATÓXICA e com secagem rápida, tubo com 90 g. Embalagem com c/12 unidades.	cx	346	R\$ 104,00	R\$ 35.984,00
46.	COLCHETE EM AÇO METÁLICO Nº 12 caixa com 72 und	cx	20	R\$ 22,09	R\$ 441,80
47.	COLCHETE EM AÇO METÁLICO Nº 15 caixa com 72 und	cx	20	R\$ 32,50	R\$ 650,00
48.	COLCHETE LATONADO, cabeça redonda nº 6, caixa com 72 unidades.	cx	100	R\$ 19,91	R\$ 1.991,00
49.	COLCHETE LATONADO, cabeça redonda nº10, caixa com 72 unidades.	cx	100	R\$ 23,90	R\$ 2.390,00
50.	CORRETIVO LÍQUIDO: Caixa c/ 12 unidades de corretivo á base d'água de boa qualidade, com 18ml (cada), multiuso com pincel aplicador, atóxico.	cx	50	R\$ 52,35	R\$ 2.617,50
51.	CORRETIVO TIPO FITA, com 5mm x ergonômico; 10m, design engrenagem com ajuste da tensão da fita; possibilita escrever imediatamente após o uso, não requer tempo de secagem; cobre diversos tipos de tintas; pode ser utilizado em qualquer tipo de papel, inclusive papel de fax; não deixa marcas, nem sombras em fotocópias e validade mínima de 1 ano a partir da data de entrega.	u	300	R\$ 10,34	R\$ 3.102,00
52.	ELÁSTICO SUPER AMARELO borracha tipo látex, n18 pacote com 1.000 unidades de alta resistência. composição borracha natural.	pct	110	R\$ 70,00	R\$ 7.700,00
53.	EMBORRACHADO SINTÉTICO, (E.V.A.) cores variadas, folha medindo aproximadamente 120x100cm.	u	800	R\$ 3,50	R\$ 2.800,00
54.	ENVELOPE A4: empresarial, na cor pardo, pacote com 100 unidades.	u	400	R\$ 94,84	R\$ 37.936,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro –Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

55.	ENVELOPE AMARELO A4: Envelope confeccionado em papel kraft na cor amarela (pardo), resistente, indicado para acondicionamento e envio de documentos no formato A4 (210 x 297 mm), com fechamento tipo aba, gramatura mínima aproximada de 80 g/m², apropriado para armazenamento, organização e transporte de documentos.	cx	48	R\$ 103,06	R\$ 4.946,88
56.	ENVELOPE BRANCO A4: fabricado em papel sulfite de alta gramatura, indicado para correspondências e documentos administrativos (Ampla concorrência)	cx	1500	R\$ 99,00	R\$ 148.500,00
57.	ENVELOPE BRANCO A4: fabricado em papel sulfite de alta gramatura, indicado para correspondências e documentos administrativos (COTA DE 25% EXCLUSIVO ME/EPP)	cx	500	R\$ 99,00	R\$ 49.500,00
58.	ENVELOPE CONVITE 162 X 229 MM, pacote de 100 peças	pct	300	R\$ 92,50	R\$ 27.750,00
59.	ENVELOPE SACO KRAFT natural 240x340 mm (branco) com 250 unidades.	u	448	R\$ 170,85	R\$ 76.540,80
60.	ENVELOPE TAMANHO 260 X 360 MM, tipo saco ouro, gramatura mínima 80 g/m². cor amarelo ouro	u	400	R\$ 1,25	R\$ 500,00
61.	ESTILETE PLÁSTICO LARGO RETRÁTIL corte confortável, quebra-lâminas integrado, lamina de 18 mm cores sortidas	u	270	R\$ 5,00	R\$ 1.350,00
62.	ETIQUETA, AUTOADESIVA, dimensões 11 x 10 cm, em papel adesivo acrílico brilho, 190 gr, impressão em offset monocromática. Pct com 100 unidades	pct	105	R\$ 50,00	R\$ 5.250,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

63.	EVA AMARELO COM GLITTER – folha emborrachada com glitter, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas	u	300	R\$ 6,00	R\$ 1.800,00
64.	EVA AMARELO SEM GLITTER – folha emborrachada, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	300	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
65.	EVA AZUL COM GLITTER – folha emborrachada com glitter, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	300	R\$ 6,00	R\$ 1.800,00
66.	EVA AZUL SEM GLITTER – folha emborrachada, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	300	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
67.	EVA BRANCO COM GLITTER – folha emborrachada com glitter, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	100	R\$ 6,00	R\$ 600,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

68.	EVA BRANCO SEM GLITER – folha emborrachada, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	400	R\$ 4,00	R\$ 1.600,00
69.	EVA DOURADO COM GLITTER – folha emborrachada com glitter, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas	u	300	R\$ 6,00	R\$ 1.800,00
70.	EVA LARANJA SEM GLITER – folha emborrachada, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	300	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
71.	EVA MARROM COM GLITER – folha emborrachada com glitter, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas	u	100	R\$ 6,00	R\$ 600,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

72.	EVA MARROM SEM GLITTER – folha emborrachada com glitter, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	100	R\$ 4,00	R\$ 400,00
73.	EVA PRATA COM GLITTER – folha emborrachada com glitter, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	300	R\$ 6,00	R\$ 1.800,00
74.	EVA PRETO SEM GLITTER – folha emborrachada, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	300	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
75.	EVA ROSA COM GLITTER – folha emborrachada com glitter, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	400	R\$ 6,00	R\$ 2.400,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

76.	EVA ROSA SEM GLITER – folha emborrachada, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	400	R\$ 4,00	R\$ 1.600,00
77.	EVA ROXO SEM GLITER – folha emborrachada, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	300	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
78.	EVA VERDE COM GLITTER – folha emborrachada com glitter, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas	u	400	R\$ 6,00	R\$ 2.400,00
79.	EVA VERDE SEM GLITER – folha emborrachada, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	400	R\$ 4,00	R\$ 1.600,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

80.	EVA VERMELHO COM GLITTER – folha emborrachada com glitter, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	300	R\$ 6,00	R\$ 1.800,00
81.	EVA VERMELHO SEM GLITER – folha emborrachada com glitter, tamanho aproximado 40 x 60 cm, espessura aproximada de 2 mm, material flexível, macio, atóxico, lavável, de fácil manuseio e corte, indicado para confecção de materiais educativos, trabalhos escolares, artesanato e decoração de campanhas educativas.	u	300	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
82.	EXTRATOR DE GRAMPOS: fabricado em metal ou plástico resistente, com mecanismo de alavanca, indicado para remoção de grampos sem danificar documentos	u	350	R\$ 6,00	R\$ 2.100,00
83.	FITA ADESIVA CREPE - 19MM X 50M: para uso geral, branca medindo aproximadamente 19mm x 50m, composta por um dorso de papel crepado de 40g/my na cor palha clara tratado com soluções de borrachas, seu adesivo é a base de borracha e resinas.	rl	100	R\$ 15,90	R\$ 1.590,00
84.	FITA ADESIVA CREPE 45 mm x 50M: branca rolo grande 45x50cm para uso geral composto por um dorso de papel crepado de 40g/my na cor palha clara tratado com solução de borracha, seu adesivo é a base de borracha e resinas similar ou superior a "adere" aplicação multiuso.	rl	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro –Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

85.	FITA ADESIVA DUPLA FACE - 12MM X 30M - material poliuretano, tipo dupla face, cor incolor, aplicação multiuso	u	300	R\$ 15,00	R\$ 4.500,00
86.	FITA ADESIVA DUPLA FACE 19MM X 30M - material poliuretano, fixa forte, cor incolor, aplicação multiuso.	u	200	R\$ 19,00	R\$ 3.800,00
87.	FITA ADESIVA GOMADA 60mm x 50m	rl	1200	R\$ 25,90	R\$ 31.080,00
88.	FITA ADESIVA LARGA 45MM X 45MM, na cor marrom	u	100	R\$ 25,49	R\$ 2.549,00
89.	FITA ADESIVA TIPO DUPLA FACE, TRANSPARENTE, medindo 25mm de largura, com 5m de comprimento e validade mínima de 1 ano a partir da data da entrega	rl	100	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
90.	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - 12MM X 50M - material polipropileno transparente, tipo monoface, aplicação multiuso	u	110	R\$ 5,00	R\$ 550,00
91.	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - 50MM X 50M - material polipropileno transparente, tipo monoface, aplicação multiuso	u	400	R\$ 20,00	R\$ 8.000,00
92.	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, TIPO GOMADA, 50 X 50, COR MARROM.	u	100	R\$ 24,66	R\$ 2.466,00
93.	FITA CREPE - 18MM X 50 M, MATERIAL CREPE, TIPO MONOFACE, COR BEGE, APLICAÇÃO MULTIUSO	u	300	R\$ 15,00	R\$ 4.500,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

94.	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, FABRICADA em filme plástico, dimensões largura 45 mm x 40 m, podendo variar +/- 10%. Embalagem deve ter as seguintes informações impressas ou coladas pelo fabricante diretamente sobre o produto: nome/CNPJ do fabricante, marca do produto, quantidade, composição, prazo de validade, normas vigentes e registros nos órgãos competentes. Na data da entrega, o prazo de validade indicado para o produto não deverá ter sido ultrapassado na sua metade, tomando-se como referência a data de validade informada.	u	200	R\$ 25,00	R\$ 5.000,00
95.	GIZ DE CERA, CX COM 12 UNID, cores variadas, não tóxico. Composição: parafina, estearina e pigmentos orgânicos, tamanho grande	cx	500	R\$ 15,00	R\$ 7.500,00
96.	GRAMPEADOR COMPACTADO metálico com capacidade para grampear 100 folhas.	u	100	R\$ 73,00	R\$ 7.300,00
97.	GRAMPEADOR DE MESA: ESTRUTURA METÁLICA resistente com base emborrachada, capacidade mínima para grampear até 20 folhas de papel sulfite 75 g/m², compatível com grampos 26/6.	u	400	R\$ 25,00	R\$ 10.000,00
98.	GRAMPEADOR DE MESA: ESTRUTURA METÁLICA resistente com base emborrachada, capacidade mínima para grampear até 30 folhas de papel sulfite 75 g/m², compatível com grampos 26/6	u	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

99.	GRAMPO 26X6MM. ESPECIFICAÇÃO: aplicação para grampeador de papeis, matéria prima, confeccionado em arame com seção retangular, galvanizado, inseto de oxidação, características deverá permitir o grampeamento de no mínimo 8 oito folhas de papel com gramatura de 75 g/m², complemento, embalagem deverão ser embaladas em caixas com 5000 mil unidades, devendo constar marca do fabricante, quantidade bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.	cx	960	R\$ 20,00	R\$ 19.200,00
100.	GRAMPO GALVANIZADO 23/13 CAIXA 5000 UNIDADES	cx	110	R\$ 31,90	R\$ 3.509,00
101.	GRAMPO TRILHO DE PLÁSTICO BRANCO, macho e fêmea –300 folhas - pacote com 50 unidades	pct	500	R\$ 25,74	R\$ 12.870,00
102.	GRAMPO TRILHO DE PLÁSTICO BRANCO, macho e fêmea –600 folhas - pacote com 50 unidades	pct	500	R\$ 30,00	R\$ 15.000,00
103.	GRAMPO TRILHO ENCADERNADOR, MATERIAL AÇO, comprimento:180 mm, aplicação fixação folhas em processos, tratamento superficial niquelado caixa com 50und	cx	120	R\$ 30,00	R\$ 3.600,00
104.	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO ESTENDIDO BRANCO. especificação: p/600 fls 75gr, pacote 50 und.	pct	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

105.	LÁPIS DE COR (12 CORES) Especificações: Formato redondo ou sextavado, produzido com madeira de reflorestamento ou resina. Mina grafite centralizada macia, com alto poder de cobertura e ser atóxica. Medidas aproximadas: 175 mm de comprimento, 7 mm de diâmetro e grafite com no mínimo 2.0 mm de diâmetro. Embalagem em papel cartão, contendo no mínimo: Marca, quantidade de cores, dados do fabricante, selo do INMETRO, validade e espaço para nome. Cada lápis deverá trazer em seu corpo a marca do produto. Produto certificado pelo INMETRO	cx	2000	R\$ 14,67	R\$ 29.340,00
106.	LÁPIS GRAFITE N. 2 CORPO EM MADEIRA reflorestada, formato sextavado para melhor ergonomia, grafite resistente n. 2, indicado para escrita, preenchimento de formulários e atividades administrativas	cx	160	R\$ 85,00	R\$ 13.600,00
107.	LÁPIS PRETO - 2HB Especificações: Formato redondo ou sextavado. Corpo preto confeccionado em madeira reflorestada ou resina, resistente que não quebre com facilidade. Atóxico. Cada lápis deve trazer, em baixo relevo, a marca do fabricante gravada no seu corpo. Dimensões mínimas: comprimento 175 mm, diâmetro 7 mm, diâmetro da mina: Mínimo 2,0 mm. Produto certificado pelo INMETRO. Certificado FSC. Vir gravado o símbolo que demonstra o uso de madeira de reflorestamento. Caixa com 144 und	cx	660	R\$ 80,00	R\$ 52.800,00
108.	LIVRO DE PONTO TIPO CAPA DURA COR preto, tamanho mm (+/-) 1cm, 215x315 nº de folhas 100 capa com revestimento plastificado, folhas brancas numeradas com espaço para 35 assinantes e registro de 4 assinaturas por assinante	u	400	R\$ 29,00	R\$ 11.600,00
109.	LIVRO ATA, CAPA DURA, 100 FOLHAS para anotações diversas, tamanho mm +/- 1cm, 205 x 300, capa com revestimento plastificado, folhas brancas pautadas e numeradas no canto superior direito.	u	460	R\$ 30,00	R\$ 13.800,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

110.	LIVRO DE ATA C/200FL: cartonado, capa dura, medindo 22cm x 30cm, com 200 folhas numeradas.	u	500	R\$ 40,00	R\$ 20.000,00
111.	LIVRO DE PROTOCOLO C/100 FLS: c/ 100 fls capa papelão revestida em papel OFF-SE plastificado 215X157 MM, na cor azul.	u	248	R\$ 25,00	R\$ 6.200,00
112.	MOLHADOR DE DEDOS EM PASTA, ligeiramente perfumado, para manuseio de papeis e papel moeda. embalagem com 12 g.	u	130	R\$ 5,00	R\$ 650,00
113.	PAPE KRAFT, PARDO, pacote com 100 unidades, gramatura 80 gramas.	pct	100	R\$ 43,17	R\$ 4.317,00
114.	PAPEL ADESIVO BRANCO A4, 180g/m2, 21 x 29,7 cm, com 20 folhas	pct	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
115.	PAPEL CARBONO AZUL COM 100 folhas tamanho a/4 210 x 297 mm caixa com 100 folhas.	cx	14	R\$ 60,96	R\$ 853,44
116.	PAPEL CERTIFICADO COM GRAMATURA (180 g a 240 g)	pct	300	R\$ 54,33	R\$ 16.299,00
117.	PAPEL CREPON PARAFINADO PCT 10FL CORES DIVERSAS - pacotes c/10 fls.	pct	50	R\$ 25,99	R\$ 1.299,50
118.	PAPEL FOTOGRÁFICO A4, formato 210x297mm, gramatura 180g/m2, pacote com 50 folhas, de alta resolução.	pct	500	R\$ 50,49	R\$ 25.245,00
119.	PAPEL LAMINADO, medindo 60 cm x 48 cm, cores variadas.	pct	101	R\$ 39,00	R\$ 3.939,00
120.	PAPEL OFF SET 120G – 50 folhas tamanho 66 x 96 gráficos	pct	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
121.	PAPEL OFICIO: PAPEL SULFITE BRANCO, formato ofício (216 x 330 mm), gramatura mínima de 75 g/m2, indicado para impressão de documentos	pct	48	R\$ 30,00	R\$ 1.440,00
122.	PAPEL OPALINE A4, adesivo branco fosco, pacote com 100 folhas	pct	300	R\$ 39,20	R\$ 11.760,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

123.	PAPEL SULFITE A4 COLORIDO: papel colorido, gramatura mínima de 75 g/m2, formato A4, cores variadas, indicado para avisos e materiais informativos	pct	490	R\$ 22,00	R\$ 10.780,00
124.	PAPEL SULFITE A4, branco, alcalino, 210mm x 297mm, gramatura 75g/m2, caixa com 10 pacotes de 500 folhas, papel livre de cloro elementar, com certificação ambiental/florestal. (Ampla concorrência)	cx	3.138	R\$ 360,00	R\$ 1.129.680,00
125.	PAPEL SULFITE A4, branco, alcalino, 210mm x 297mm, gramatura 75g/m2, caixa com 10 pacotes de 500 folhas, papel livre de cloro elementar, com certificação ambiental/florestal. (COTA DE 25% EXCLUSIVA PARA ME/EPP)	cx	1.046	R\$ 360,00	R\$ 376.560,00
126.	PASTA ARQUIVO TIPO AZ: Fabricada em papelão prensado ou material plástico rígido, com ferragem interna metálica para arquivamento de documentos no formato A4.	u	90	R\$ 22,00	R\$ 1.980,00
127.	PASTA ARQUIVO TIPO SUSPENSA, material papelão, largura 360 mm, altura 240 mm, com prendedor interno ferragem alta, tamanho ofício.	u	300	R\$ 6,50	R\$ 1.950,00
128.	PASTA ARQUIVO, MATERIAL: plástico, tipo: sanfonada, largura: 210 mm, altura: 297 mm, características adicionais: índice alfabético az e 31 divisórias	u	300	R\$ 75,00	R\$ 22.500,00
129.	PASTA AZ LOMBO ESTREITO 34,5x6x1,7cm cores variadas	u	405	R\$ 18,50	R\$ 7.492,50
130.	PASTA AZ LOMBO LARGO A4 28,5x31,5x7,3cm cores variadas	u	500	R\$ 22,00	R\$ 11.000,00
131.	PASTA CATALOGO COM 100 FOLHAS - Capa Flexível	u	500	R\$ 52,61	R\$ 26.305,00
132.	PASTA CATALOGO PORTFOLIO A4 COM VISOR COM VISOR COM 4 COLCHETES PARA FIXACAO DOS ENVELOPES NA CAPA, COM 10 ENVELOPES PLASTICOS TRANSPARENTES NO TAMANHO 255 mm x 335 mm x 15 mm	u	100	R\$ 39,00	R\$ 3.900,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

133.	PASTA CATÁLOGO, ofício, 100 envelopes 245 mm x 345 mm, na cor preta	u	300	R\$ 83,99	R\$ 25.197,00
134.	PASTA CATÁLOGO: Pasta com capa resistente e envelopes plásticos internos transparentes, indicada para arquivamento e apresentação de documentos.	pct	720	R\$ 29,50	R\$ 21.240,00
135.	PASTA CLASSIFICADORA EM PAPEL CARTOLINA 480G/M2 pasta classificadora em papel cartolina 480 g/m², cartão duplo, lombo regulável, grampo plástico estendido. a parte interior da mesma cor da parte exterior, cor cinza. Medidas mínimas 345 x 250 x 0,50 mm, sem impressão. capacidade para até 300 folhas sulfite. Na cor azul	u	2000	R\$ 15,30	R\$ 30.600,00
136.	PASTA CLASSIFICADORA: sanfonada em polipropileno com 31 separações, tamanho ofício, medindo 278 X 391 mm.	u	1000	R\$ 68,00	R\$ 68.000,00
137.	PASTA PLASTICA C/ ELÁSTICO: Transparente polipropileno c/ elástico. tamanho ofício medindo aproximadamente 240 x 330 x 18 mm, pacote com 10 unidades. (Ampla concorrência)	u	720	R\$ 85,00	R\$ 61.200,00
138.	PASTA PLASTICA C/ ELÁSTICO: Transparente polipropileno c/ elástico. tamanho ofício medindo aproximadamente 240 x 330 x 18 mm, pacote com 10 unidades. (COTA DE 25% EXCLUSIVA PARA ME/EPP)	u	240	R\$ 85,00	R\$ 20.400,00
139.	PASTA PLASTICA C/ELÁSTICO: Transparente polipropileno c/ elástico. tamanho ofício medindo aproximadamente 240 x 330 x 18 mm, pacote com 10 unidades (Ampla concorrência)	u	1.290	R\$ 85,00	R\$ 109.650,00
140.	PASTA PLASTICA C/ELÁSTICO: Transparente polipropileno c/ elástico. tamanho ofício medindo aproximadamente 240 x 330 x 18 mm, pacote com 10 unidades (COTA DE 25% EXCLUSIVA PARA ME/EPP)	u	430	R\$ 85,00	R\$ 36.550,00





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

141.	PASTA SANFONADA: Fabricada em plástico resistente, com múltiplas divisórias internas, fechamento em elástico ou botão, indicada para organização de documentos.	pct	720	R\$ 45,00	R\$ 32.400,00
142.	PASTA SUSPensa EM CARTAO COM HASTE DE PLASTICO COR CASTANHA MADEIRA, DIMENSOES: 360 X 240 MM CAIXA COM 50 UNIDADES	cx	100	R\$ 175,00	R\$ 17.500,00
143.	PERCEVEJOS PARA FIXAÇÃO DE PAPÉIS e mapas, latonado, estrela, com tratamento anti - ferrugem e pontas perfurantes, cx. com 100 unid.	cx	200	R\$ 8,00	R\$ 1.600,00
144.	PERFURADOR PAPEL, material aço, tipo mesa, capacidade perfuração 100 fls, funcionamento manual, características adicionais com marginador e aparador, quantidade furos 02	u	250	R\$ 271,00	R\$ 67.750,00
145.	PERFURADOR PAPEL, material aço, tipo mesa, capacidade perfuração 30 fls, funcionamento manual, características adicionais com marginador e aparador, quantidade furos 02	u	100	R\$ 55,31	R\$ 5.531,00
146.	PILHA AA TIPO ALCALINA, COM INDICADOR DE CARGA, TESTADA CONTRA VAZAMENTOS, NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PEQUENA (AA) DIAMETRO 14,5MM, COMPRIMENTO 49,5MM, RESOLUCAO CONAMA 401 /2008, NORMA ABNT E 11175/90	par	250	R\$ 7,00	R\$ 1.750,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro –Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

147.	PILHA TIPO ALCALINA, NA VOLTAGEM DE 1.5V,FORMULA AVANÇADA, COMPOSICAO DE DIOXIDO DE MANGANES,ZINCO,HIDROXIDO DE POTASSIO,GRAFITE E OXIDO, NO TAMANHO MEDIA (C), CONFORME RESOLUCAO CONAMA N.401/2008, NORMA ABNT 11175/90	par	200	R\$ 7,00	R\$ 1.400,00
148.	PILHA TIPO ALCALINA, TIPO D, NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO G R A N D E ( D ) , CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONFORME NORMA VIGENTE	par	200	R\$ 20,00	R\$ 4.000,00
149.	PINCEL ATOMICO COR AZUL: azul recarregável, tinta a base de álcool, ponta de feltro, espessura de escrita 2.0mm 4.5mm 8,0mm caixa c/ 12 unidades.	cx	390	R\$ 65,00	R\$ 25.350,00
150.	PINCEL ATOMICO COR PRETA: cor preta recarregável, tinta a base de álcool, ponta de feltro, espessura de escrita 2.0mm 4.5mm 8,0mm caixa c/ 12 unidades.	cx	390	R\$ 65,00	R\$ 25.350,00
151.	PINCEL ATOMICO COR VERMELHO: cor vermelha, recarregável, tinta a base de álcool, ponta de feltro, espessura de escrita 2.0mm 4.5mm 8,0mm caixa c/ 12 unid	cx	390	R\$ 65,00	R\$ 25.350,00
152.	PINCEL PARA QUADRO BRANCO Recarregável. Cores: azul, vermelho, preto. Caixa com 12 unidades	cx	300	R\$ 82,00	R\$ 24.600,00
153.	PISTOLA APLICAÇÃO COLA QUENTE material plástico com bico aplicador, gatilho para injeção da cola, tensão 220v, características adicionais utilização bastão grosso.	u	300	R\$ 52,00	R\$ 15.600,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

154.	PISTOLA DE COLA QUENTE BICO FINO: Pistola aplicadora de cola quente, confeccionada em material plástico resistente, funcionamento elétrico, compatível com bastões de silicone de diâmetro fino (aproximadamente 7 mm), com gatilho de acionamento para controle da aplicação da cola, bico metálico para condução do calor, indicada para trabalhos manuais e colagem de papel, EVA, tecido e materiais leves.	u	200	R\$ 25,00	R\$ 5.000,00
155.	PISTOLA DE COLA QUENTE BICO GROSSO: Pistola aplicadora de cola quente, confeccionada em material plástico resistente, funcionamento elétrico, compatível com bastões de silicone de diâmetro grosso (aproximadamente 11 mm), com gatilho de acionamento para controle da aplicação da cola, bico metálico para condução do calor, indicada para colagem de papel, EVA, madeira leve, plástico e materiais diversos.	u	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00
156.	PLACA DE ISOPOR: Placa confeccionada em poliestireno expandido (EPS), leve e resistente, espessura aproximada de 10 mm, dimensões aproximadas de 100 cm x 50 cm ou similar, indicada para confecção de cartazes, painéis informativos e trabalhos educativos	u	350	R\$ 12,00	R\$ 4.200,00
157.	PLACA DE ISOPOR: Placa confeccionada em poliestireno expandido (EPS), leve e resistente, espessura aproximada de 10 mm, dimensões aproximadas de 100 cm x 50 cm ou similar, indicada para confecção de cartazes, painéis informativos e trabalhos educativos	u	350	R\$ 12,00	R\$ 4.200,00
158.	PORTA CANETA MATERIAL ACRILICO TIPO ESCRITORIO 100 MM X 230 MM X COM 3 DIVISOES	u	50	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

159.	PORTA CANETA, CLIPS E PAPEL, em material acrílico, tipo escritório 100 mm x 230 mm com 3 divisões na cor fumê e transparente.	u	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
160.	PORTA CANETA/CLIPS/LEMBRETE, POLIESTIRENO CRISTAL.	u	30	R\$ 25,00	R\$ 750,00
161.	PORTA CARIMBO em acrílico 6 lugares, produto com dimensões de 11 cm de altura, 16 cm de largura e 5 cm de comprimento,	u	100	R\$ 28,18	R\$ 2.818,00
162.	PRANCHETA: Confeccionada em material resistente (MDF ou plástico rígido), tamanho A4, com prendedor metálico para fixação de folhas.	u	348	R\$ 18,00	R\$ 6.264,00
163.	PRENDEDOR PAPEL, metal, mola, 50 folhas: especificação: prendedor papel, metal, mola, 50 folhas	u	500	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
164.	PRENDEDOR PAPEL, metal, mola, 98 folhas: especificação: prendedor papel, metal, mola, 98 folhas.	u	500	R\$ 5,00	R\$ 2.500,00
165.	QUADRO DE AVISOS: Quadro confeccionado com moldura em alumínio ou madeira resistente, com superfície em cortiça, feltro ou material similar, destinado à fixação de comunicados e informativos por meio de alfinetes ou tachinhas, tamanho aproximado de 120 x 90 cm ou similar, indicado para exposição de avisos e comunicados em ambientes administrativos.	u	110	R\$ 285,00	R\$ 31.350,00
166.	REABASTECEDOR DE PICEL AZUL: caixa com 12 unidades.	cx	150	R\$ 81,20	R\$ 12.180,00
167.	REABASTECEDOR DE PICEL PRETO: caixa com 12 unidades.	cx	150	R\$ 81,20	R\$ 12.180,00
168.	REABASTECEDOR DE PICEL VERDE: caixa com 12 unidades.	cx	150	R\$ 81,20	R\$ 12.180,00
169.	REABASTECEDOR DE PICEL VERMELHA: caixa com 12 unidades.	cx	150	R\$ 81,20	R\$ 12.180,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

170.	RÉGUA DE PLÁSTICO DE 30 CM: especificação: régua de plástico de 30 cm, com altura 310 mm, largura 26 mm e espessura 1,6 mm transparente	u	348	R\$ 5,00	R\$ 1.740,00
171.	RÉGUA DE PLÁSTICO DE 50 CM: especificação: régua de plástico de 50 cm, com altura 510 mm, largura 40	u	350	R\$ 7,00	R\$ 2.450,00
172.	TESOURA 21CM - Especificação Técnica: Tesoura Multiuso; de Aço Inoxidável; Medindo 21 cm; Cabo Plástico (largo); Azul ou Preto; para Destro, 3 Dedos; Com Rebite; Lâmina Em Aço Inoxidável;	u	115	R\$ 22,00	R\$ 2.530,00
173.	TESOURA EM AÇO INOX MEDINDO 21 CM; de uso geral para corte de papéis em geral, plásticos. Composição: cabo em resina termoplástica e lâmina em aço Inoxidável.	u	30	R\$ 22,00	R\$ 660,00
174.	TESOURA ESCOLAR com ponta redonda e lâmina em aço inox. cores sortidas. produto deve ser certificado pelo Inmetro. Cx. Com 12 unidades	cx	300	R\$ 78,00	R\$ 23.400,00
175.	TESOURA PROFISSIONAL PAPEL EVA ARTESANATO – escalope – tamanho do escalope: 7mm – lâmina de aço inoxidável – tamanho aproximado da tesoura: 23 cm – cabo plástico emborrachado – cota papéis, eva, tecidos, plásticos e etc – para uso doméstico, artesanal e escolar	u	15	R\$ 50,00	R\$ 750,00
176.	TINTA PARA CARIMBO PRETO – tinta à base de óleo, cor preta, secagem rápida, resistente à água, indicada para carimbos de borracha ou polímero, para uso em papel e documentos	u	120	R\$ 8,00	R\$ 960,00
177.	TINTA PARA CARIMBO, COR AZUL, componentes água, pigmentos, aspecto físico líquido, aplicação almofada, capacidade frasco 40 ml.	u	100	R\$ 8,00	R\$ 800,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

178.	TINTA PARA CARIMBO, COR PRETA, componentes água, pigmentos, aspecto físico líquido, aplicação almofada, capacidade frasco 40 ml.	u	100	R\$ 8,00	R\$ 800,00
179.	TNT COR AMARELO – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada de 40 g/m², largura aproximada de 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00
180.	TNT COR AZUL – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada de 40 g/m², largura aproximada de 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00
181.	TNT COR AZUL ESCURO – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada 40 g/m², largura aproximada 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00
182.	TNT COR BEGE – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada 40 g/m², largura aproximada 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00
183.	TNT COR BRANCO – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada de 40 g/m², largura aproximada de 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00
184.	TNT COR CINZA – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada 40 g/m², largura aproximada 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

185.	TNT COR DOURADO – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada 40 g/m², largura aproximada 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00
186.	TNT COR LARANJA – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada de 40 g/m², largura aproximada de 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00
187.	TNT COR LILÁS – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada 40 g/m², largura aproximada 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00
188.	TNT COR PRETO – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada 40 g/m², largura aproximada 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	150	R\$ 4,00	R\$ 600,00
189.	TNT COR ROSA – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada de 40 g/m², largura aproximada de 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00
190.	TNT COR ROXO – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada 40 g/m², largura aproximada 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00
191.	TNT COR VERDE CLARO – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada 40 g/m², largura aproximada 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro –Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ N° 01.612.533/0001-97

192.	TNT COR VERMELHO – Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, gramatura aproximada de 40 g/m², largura aproximada de 1,40 m, indicado para decoração, atividades educativas e eventos institucionais.	m	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00
<b>VALOR GLOBAL R\$ 3.769.575,16 (três milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos).</b>					



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026**  
**Processo Administrativo nº. 0605.01/2026**

**ANEXO II**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2026**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA DE TURILÂNDIA/MA**, com sede na \_\_\_\_\_/MA, neste ato representado pelo **Secretária Municipal de \_\_\_\_\_**, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, para atender as demandas do(a) \_\_\_\_\_, considerando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2026 – CPL**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, e a respectiva homologação do **Processo Administrativo nº \_\_\_\_/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para \_\_\_\_\_**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

**3. ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_** da Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_.

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, **É PERMITIDA** a adesão de órgãos não participantes.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

a) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

b) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado;
- 8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9. DAS PENALIDADES**

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.2. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro –Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**10. CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Turilândia/MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

Representante legal  
ORGÃO GERENCIADOR

---

Representante legal  
EMPRESA BENEFICIÁRIA



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2026**  
**Processo Administrativo nº. \_\_\_\_/2026**

**ANEXO III**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2025 QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE \_\_\_\_ DO  
MARANHÃO E A EMPRESA \_\_\_\_.**

**O MUNICÍPIO DE \_\_\_\_ DO MARANHÃO**, por intermédio da **Secretária Municipal de** \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de** \_\_\_\_\_, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
VALOR TOTAL					R\$

1.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DO CONTRATO**

2.1. O prazo de vigência da contratação será de \_\_\_\_\_ contados da data de assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO (Definições Parte Específica)**

3. Não é permitida a subcontratação do objeto.

### **CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO**

4. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE**

5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano contado da data da celebração do instrumento contratual.

5.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6. São obrigações do Contratante:

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

6.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.7. Cientificar o órgão de representação judicial competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro –Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.13. Cumprir em sua totalidade as disposições constantes no Termo de Referência e no edital da licitação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

7. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1. Entregar o objeto no prazo e demais condições previstas no Termo de Referência;

7.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

- 7.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 7.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 7.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 7.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 7.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 7.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 7.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### **CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

8. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a prego eletrônico ou execução do contrato;
  - i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

a. moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

9.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b. compensatória de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

9.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

10. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

10.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.1.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 10.4.3. Indenizações e multas.

10.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:  
\_\_\_\_\_:

11.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

12. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e a manifestação da procuradoria do município;

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Santa Helena/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

\_\_\_\_\_/MA, [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal  
CONTRATADO